

Avanço liberal no México e suas consequências para os pueblos em diálogo com a obra *Epopéya del pueblo mexicano* de Diego Rivera

Liberal progress in Mexico and its consequences for the pueblos in dialog with Diego Rivera's *Epopéya del pueblo mexicano*

Avance liberal en México y sus consecuencias para los pueblos en diálogo con la obra *Epopéya del pueblo mexicano* de Diego Rivera

Mariane Gehlen Perin¹

Agemir Bavaresco²

DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.2025.v16.1208>

Resumo

A pesquisa “Avanço liberal no México e suas consequências para os pueblos em diálogo com a obra '*Epopéya del pueblo mexicano*' de Diego Rivera" tem como objetivo analisar o avanço do liberalismo no México e suas consequências para os povos indígenas e camponeses. O problema abordado no artigo é a análise das transformações provocadas pelo liberalismo no México e seus efeitos adversos sobre os povos indígenas e camponeses, ou seja, como as políticas liberais exacerbaram as desigualdades sociais e econômicas, marginalizando ainda mais essas comunidades. O estudo entende como Diego Rivera, por meio de sua arte, documentou e resistiu a essas mudanças. Aborda-se, inicialmente, o contexto histórico do liberalismo no México: as reformas liberais no século XIX; os impactos das reformas liberais e as consequências dessas reformas para os povos indígenas e camponeses, destacando a perda de terras, a desintegração das comunidades tradicionais e o aumento das desigualdades. Depois, apresenta-se a obra de Diego Rivera: '*Epopéya del pueblo mexicano*' que retrata a história do México desde a era pré-colombiana até a revolução mexicana, ressaltando seu papel como crítico social e defensor dos oprimidos. As reformas liberais no México tiveram um impacto negativo sobre os povos indígenas e camponeses, exacerbando a pobreza e a desigualdade. Através

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5239-5601>. E-mail: naneg10@yahoo.com.br.

² Doutor em Filosofia pela Universidade Paris I (Pantheon-Sorbonne). Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7967-4109>. E-mail: abavaresco@puers.br.

da análise da obra de Diego Rivera, demonstra-se como a arte serve enquanto meio de crítica social e histórica, documentando as lutas e resistências das classes oprimidas, denuncia as injustiças e inspira a resistência contra as opressões coloniais continuadas.

Palavras-chave: Reformas liberais. México colonial. Indígenas e campesinos. Arte e Resistência. Decolonialidade.

Abstract

The research "Liberal advance in Mexico and its consequences for the pueblos in dialogue with the work '*Epopéya del pueblo mexicano*' by Diego Rivera" aims to analyze the advance of liberalism in Mexico and its consequences for indigenous and peasant peoples. The problem addressed in the article is the analysis of the transformations caused by liberalism in Mexico and its adverse effects on indigenous and peasant peoples, that is, how liberal policies exacerbated social and economic inequalities, further marginalizing these communities. The study looks at how Diego Rivera, through his art, documented and resisted these changes. It first looks at the historical context of liberalism in Mexico: liberal reforms in the 19th century; the impacts of liberal reforms and the consequences of these reforms for indigenous and peasant peoples, highlighting the loss of land, the disintegration of traditional communities and the increase in inequalities. Next, the work of Diego Rivera is presented: '*Epopéya del pueblo mexicano*', which portrays the history of Mexico from the pre-Columbian era to the Mexican revolution, highlighting his role as a social critic and defender of the oppressed. The liberal reforms in Mexico had a negative impact on indigenous and peasant peoples, exacerbating poverty and inequality. An analysis of Diego Rivera's work shows how art serves as a means of social and historical criticism, documenting the struggles and resistance of the oppressed classes, denouncing injustice and inspiring resistance against continued colonial oppression.

Keywords: Liberal reforms. Colonial Mexico. Indigenous and campesinos. Art and Resistance. Decoloniality.

Resumen

La investigación "El avance liberal en México y sus consecuencias para los pueblos en diálogo con la obra '*Epopéya del pueblo mexicano*' de Diego Rivera" tiene como objetivo analizar el avance del liberalismo en México y sus consecuencias para los pueblos indígenas y campesinos. El problema abordado en el artículo es el análisis de las transformaciones que trajo consigo el liberalismo en México y sus efectos adversos para los pueblos indígenas y campesinos, es decir, cómo las políticas liberales agudizaron las desigualdades sociales y económicas, marginando aún más a estas comunidades. El estudio comprende cómo Diego Rivera, a través de su arte, documentó y resistió estos cambios. En primer lugar, se examina el contexto histórico del liberalismo en México: las reformas liberales en el siglo XIX; los impactos de las reformas liberales y las consecuencias de estas reformas para los pueblos indígenas y campesinos, destacando la pérdida de tierras, la desintegración de las comunidades tradicionales y el aumento de las desigualdades. A continuación, se presenta la obra de Diego Rivera: "*Epopéya del pueblo mexicano*", que retrata la historia de México desde la época precolombina hasta la revolución mexicana, destacando su papel como crítico social y defensor de los oprimidos. Las reformas liberales en México tuvieron un impacto negativo en los pueblos

indígenas y campesinos, exacerbando la pobreza y la desigualdad. Al analizar la obra de Diego Rivera, demostramos cómo el arte sirve de medio de crítica social e histórica, documentando las luchas y la resistencia de las clases oprimidas, denunciando la injusticia e inspirando la resistencia contra la continua opresión colonial.

Palabras Clave: Reformas liberales. México colonial. Indígenas y campesinos. Arte y resistencia. Decolonialidad.

Introdução

A temática deste artigo é o avanço do liberalismo no México e suas consequências para os *pueblos*, isto é, uma forma de organização de propriedade coletiva de terra dos povos indígenas mexicanos ocorrida durante parte da história do país. O avanço do liberalismo no México se deu, sobretudo, a partir da chamada Reforma Liberal no México, sendo assim, é este período o foco de nossa análise. Além disso, a nossa reflexão dialoga com a obra *Epopéya del pueblo mexicano* do artista Diego Rivera.

A história do México, assim como a dos outros países da América Latina, é marcada pela ferida colonial. A marca da colonização vai não só do período de invasão, passando pelo período oficialmente colonial, até a independência política. O colonialismo eurocêntrico se estende até hoje sob os territórios da América Latina em formas econômicas, geopolíticas, ideológicas, epistêmicas, entre outras. Assim, após a independência do México, no período caracterizado pela Reforma Liberal, não foi diferente: o colonialismo projetou suas forças através das ideias liberais e da modernidade. Sob a promessa de modernização, quebra de antigas estruturas coloniais e liberdade, quais foram as efetivas consequências da Reforma Liberal? E, principalmente: Quais as consequências da Reforma Liberal para os *pueblos*? Ou, colocada sob outro formato: Quais foram as consequências da Reforma Liberal para as populações originárias?

Para responder à problemática aqui levantada, adotamos como orientação metodológica a hermenêutica pluritópica, conforme a proposta de Walter Mignolo e Madina Tlostanova (2023). Trata-se de um viés interpretativo da filosofia com objetivos decoloniais e que alça uma perspectiva transmoderna. Seu caráter decolonial se evidencia ao fazer emergir o lugar epistêmico e de discurso de sujeitos da periferia colonial ou imperial, isto é, lugares e perspectivas não eurocêntricas. Inscreve-se na via trans-

moderna, pois, ao contrário da perspectiva moderna e pós-moderna (produtoras da ferida colonial), visa à descolonização do saber, do ser, do poder e da estética, reposicionando o *locus* do pensamento nos corpos, territórios e histórias que foram marginalizados pela lógica imperial. Assim, essa abordagem recusa a leitura histórica a partir de um ponto de vista eurocentrado, o que permite compreender como o projeto liberal, impulsionado por ideias de modernidade, reforçou a subalternização indígena. A metodologia também permite entrarmos em contato com obras de arte produzidas por atores que atuam na periferia colonial, como uma forma de conhecimento autônoma, sensível e crítica. Assim, nesta perspectiva, a obra *Epopéya del pueblo mexicano*, de Diego Rivera, é uma forma de conhecimento visual, que esboça de forma crítica, as motivações e o complexo contexto social e político no qual ocorreu a Reforma Liberal, o que nos permite compreender melhor as consequências de tal evento histórico.

Para responder à nossa problemática, no primeiro capítulo deste artigo, abordamos a história do liberalismo no México e, ao final, suas consequências para os *pueblos*. Neste capítulo, há uma seção dedicada à história de Benito Juárez que foi um dos principais líderes da corrente liberal no México; outra, na qual traçamos um panorama do contexto histórico do país, desde os tempos da independência até o governo de Juárez, período em que foi implementada a maior parte das reformas liberais no país. Na última seção, tratamos das consequências do avanço do liberalismo no México, e, dentro dela, há uma subseção que aborda, em específico, os impactos do liberalismo para os *pueblos*.

No segundo capítulo, intitulado *Muralismo mexicano, Diego Rivera e a Reforma Liberal em Epopeya del pueblo mexicano*, a obra de Rivera em questão é posta em diálogo com o avanço do liberalismo e sua repercussão nas comunidades indígenas mexicanas. Na primeira seção, tratamos do movimento muralista mexicano e brevemente da vida e obra de Diego Rivera. Na segunda e última seção do capítulo, utilizando da obra *Epopeya del pueblo mexicano*, como uma episteme visual, compreendemos melhor o contexto histórico, político e social sob o qual a Reforma Liberal haje. A partir da obra, podemos perceber mais claramente quais as principais estruturas que as “*Leys de la Reforma*” visavam transformar, a complexidade da sociedade mexicana sob a qual incidem, o que nos leva a entender melhor suas consequências.

O presente estudo se justifica pela urgência de descolonizar o pensamento, sendo assim, contribui somando nos estudos decoloniais. O estudo contribui com a compreensão de forma crítica sobre como a Reforma Liberal no México afetou negativamente os

pueblos, sobretudo, em relação à posse de terra e as desigualdades sociais. A análise corrobora para o entendimento sobre as disputas políticas que atravessaram o período pós-independência do México e a formação do Estado nacional no México, bem como para compreensão de aspectos muito similares em outros países da América Latina, que guardam correspondências com o México, em termos da situação colonial.

A relevância do estudo está, portanto, na adoção de uma perspectiva decolonial, por meio da metodologia hermenêutica pluritópica, na qual o outro do discurso eurocêntrico, tem voz de fala e é sujeito produtor de conhecimento. Além disso, a pesquisa articula de modo interdisciplinar história, arte e filosofia, ao dialogar com a obra *Epopéya del pueblo mexicano* de Diego Rivera. Ademais, este trabalho evidencia a arte mural mexicana como uma fonte de conhecimento visual e crítico, que nos apoia na compreensão da memória coletiva e do contexto político, histórico e social do México no período em análise.

Liberalismo no México

Ao tratar da história do México, precisamos ter em mente a longa história desse país para que possamos compreender o contexto histórico mexicano mais geral — marcado pela colonização e pelas lutas por liberdade — e ao mesmo tempo fazer um recorte adequado de nossa problemática. Assim, lembremo-nos que a história mexicana vai desde os povos originários antes da chegada dos espanhóis à América, passando pelo período de colonização, a crise no sistema colonial, o processo de independência, o período de avanço liberal no país, a Revolução Mexicana e o México contemporâneo. Todavia, o período específico que nos interessa aqui é o período histórico no qual o México já é independente e o avanço liberal se dá, sobretudo, no governo de Benito Juárez (1858-1872), principalmente na época conhecida como Reforma Liberal que ocorreu nos anos 1850 e 1860.

A Reforma Liberal no México foi um conjunto de mudanças legais norteadas por ideais do liberalismo, que visavam alterar heranças coloniais no país. Por exemplo, as novas medidas buscavam a laicização do Estado e a ampliação da propriedade privada e dos bens comercializáveis, buscando dissolver a existência dos chamados bens de “mão morta” da Igreja Católica (bens imóveis, isto é, bens que não podiam ser comercializados), bem como das formas tradicionais de posse corporativa de terra.

Por balançar as estruturas de poder da Igreja Católica, a Reforma Liberal — em si mesma e desde seus antecedentes — gerou uma série de conflitos entre a Igreja Católica, representada pelo que, na política, chamamos de conservadores, em oposição aos liberais. Todavia, não foi só o poder da Igreja Católica que se viu abalado por tal reforma, os povos indígenas que viviam organizados sob a forma de *pueblos* também foram afetados pelas novas leis, já que uma de suas mais influentes leis — A Lei do Lerdo (1856) — previa a divisão das terras coletivas dos *pueblos* em lotes de propriedade privada.

Para compreender a Reforma Liberal no México e suas consequências, é interessante conhecer um pouco da história de uma de suas figuras protagonistas, Benito Juárez, um descendente indígena, que está entre os principais representantes da Reforma Liberal no México. A história de Juárez se entrecruza com a da Reforma Liberal no México e é o que abordaremos na próxima seção.

Benito Juárez

Benito Juárez (1806-1872) foi um indígena de etnia zapoteca, nascido no pueblo de San Pablo Guelatao no estado de Oaxaca, ao sul do México. Juárez, nasceu em um contexto de pobreza e exclusão, viveu a morte precoce dos pais e vivia com familiares, quando em 1818, com 12 anos de idade, vendo na cidade o único meio para poder se alfabetizar e depois continuar seus estudos, foge de casa e vai a pé para a cidade de Oaxaca. Chegando na cidade, se dirige a casa onde sua irmã mais velha trabalhava como cozinheira. Com o apoio da irmã e trabalhando como podia, consegue sobreviver, até ser apadrinhado por Antonio Salanueva, um padre franciscano que o ajuda a acessar a escola.

Assim, com o apoio de Antonio Salanueva, “amigo de la educación de la juventud” (Juárez, 2024, p.16), nas palavras de Juárez, em *Apuntes para mis hijos*, Juárez acessa o sistema de ensino disponível na cidade de Oaxaca, no caso, o Colégio Seminário da cidade. Em *Apuntes para mis hijos*, Juárez comenta sobre o ensino disponível na época na cidade de Oaxaca, o qual diz ser uma sistema carregado de desigualdades sociais, com professores rudes e precarização. Na mesma obra, também fala sobre seu desejo de seguir uma carreira distinta da eclesiástica; porém, na cidade de Oaxaca de sua época só havia disponível a carreira religiosa. Para os jovens que quisessem seguir outra carreira, era necessário ir até a capital aprender outro ofício, o que deixava os jovens pobres sem opções, já que ir à capital aprender outra profissão carecia de bastante recurso financeiro.

Todavia, em 1821, mesmo ano de independência do México³, foi fundado na cidade de Oaxaca, o Instituto de Ciências e Artes. No entanto, o instituto abre as portas para o público juvenil, no ano de 1827, sendo que em 1828 Juárez pode então estudar advocacia. Assim, se transfere para este instituto e forma-se advogado, dispondo do título de advogado em 1834.

O Instituto de Ciências e Artes era uma instituição laica e foi fundada por influência do Partido Liberal. Ali, Benito, toma mais contato ainda com as ideias liberais e com as discussões políticas que envolviam o Estado. No instituto, a educação liberal e os mentores liberais que Juárez teve, foram fundamentais para a aproximação cada vez maior de Juárez do liberalismo. Embora, as ideias liberais já circulassem pelo México — inclusive foram importantes no processo de independência do país — e, como se pode ver em *Apuntes para mis hijos*, segundo o relato do próprio Juárez, ele cedo se desgosta das mazelas das desigualdades sociais a que esteve submetido e na qual estava submetida maior parte da população mexicana da época — mazelas as quais buscavam ser perpetuadas por forças políticas conservadoras (chamados de realistas durante a Guerra de Independência e de conservadores no México independente).

Depois de formar-se advogado, Juárez atua em sua profissão, vai assumindo diversos cargos públicos e chega a ser juiz do estado de Oaxaca, nomeado em 1841. Como advogado, consciente das injustiças sofridas pelos *pueblos*, advogou em favor de alguns deles, contra os abusos cometidos pelo clero. Assim, por exemplo, advogou em favor dos *pueblos* Teococuilco e Loxicha, ambas ocasiões as quais foi temporariamente preso por retaliação das forças conservadoras.

Mais tarde, também foi governador do estado de Oaxaca, no período de 1847 a 1852, primeiro como governador interino de 1847 a 1848, depois segue no segundo mandato de 1848 a 1852. No ano de 1853 precisou se exilar em Nova Orleans nos Estados

³ A independência do México ocorreu em 27 de setembro de 1821. O México ficou em Guerra de Independência de 16 de setembro de 1810 até 27 de setembro de 1821. Seus principais líderes foram Miguel Hidalgo e José Maria Morelos, ambos padres, movimentaram grande apoio popular, pois defendiam não só a independência como combatiam desigualdades sociais. Hidalgo defendeu o fim da escravidão negra e dos tributos cobrados dos indígenas. Morelos defendia a distribuição de terras aos camponeses, inclusive de terras da Igreja. Todavia, apesar de algumas vitórias, ambos foram presos e acabaram fuzilados. Depois da morte de Hidalgo (1811) e de Morelos (1815), as forças que buscavam independência continuam resistindo por meio de táticas de guerrilha, mas sem conseguir o desfecho da independência. A independência do México, antes Vice-Reino da Nova Espanha, só ocorreu em 1821 e foi fruto de um acordo entre as elites liderado pelo general Agustín de Iturbide que antes lutou a favor das forças realistas. O reconhecimento formal do México independente só ocorreu por parte da Espanha em 1836.

Unidos pela sua oposição ao general Santa Anna que governava em regime de uma ditadura conservadora. Mais tarde, com a oposição a Santa Anna se fortalecendo, Juárez retorna ao México para se juntar a campanha contra o general, o qual se vê obrigado a renunciar em 1855.

No mesmo ano, Juárez ocupa o cargo de Ministro da Justiça no governo de Juan Álvarez, período no qual as reformas liberais começam a entrar em cena. No governo de Juan Álvarez se destaca uma lei conhecida como Lei Juárez (1855), uma lei que atacou os privilégios jurídicos eclesiásticos. Logo em seguida, em 1856, no governo do presidente Ignacio Comonfort, o Ministro de Desenvolvimento chamado de Miguel Lerdo de Tejada, foi autor da Lei do Lerdo (1856), que decreta o fim da amortização os bens não vendáveis das corporações (conhecidos como “bens de mão morta”: tanto referentes à terras e a imóveis), ordenando que fossem transferidos a mãos privadas e comercializados. Lerdo, que será sucessor do mandato presidencial de Juárez anos mais tarde.

O protagonismo político de Juárez vai crescendo e ele se torna presidente nos seguintes mandatos: (1858–1861 como interino), (1861–1865), (1865–1867), (1867–1871), e (1871–1872).

Contexto histórico do México: da Guerra de Independência ao governo de Juárez

A Guerra de Independência do México durou 11 anos (1810-1821). Foi um confronto entre as forças realistas, isto é, autoridades representantes da Coroa Espanhola e a Igreja Católica como instituição, que defendiam a persistência do domínio colonial espanhol na região que hoje é o México moderno. No lado oposto estavam as forças independentistas, lideradas inicialmente pelos padres Miguel Hidalgo e José Maria Morelos, apoiadas por muitos camponeses indígenas, mestiços e pelos liberais. A Guerra de Independência só termina em 1821 quando o general Agustín Iturbide — que havia lutado a favor das forças realistas — negocia com as elites, inclusive com as autoridades vice-reinais, um acordo para independência do México, mantendo diversos privilégios coloniais.

Logo após a independência o novo Estado se organiza como Império do México (Primeiro Império do México), por um curto período (1821-1823), no qual Iturbide se

torna o primeiro e único imperador desse período. O Primeiro Império do México se organiza como monarquia constitucional. Em 1822, Iturbide dissolveu o congresso, o que o fez perder grande parte do apoio que tinha. Ainda em 1822, o general Antonio López de Santa Anna e aliados fazem um levante de armas contra Iturbide e proclamam o Plano Casa Mata, o qual pretendia restabelecer o congresso e declarar nulo o império e estabelecer a república. Temendo pela sua própria vida e pela vida de sua família, Iturbide abdica em 1823 e foge para Itália. Com a abdicação de Iturbide, o congresso nomeia Pedro Celestino Negrete, Nicolás Bravo e Guadalupe Victoria como representantes do Supremo Poder Executivo, isto é, um triunvirato como Governo Provisório. Finalmente, em 1824, é promulgada a Constituição de 1824 dos Estados Unidos do México.

A Constituição de 1824 é a primeira constituição do México. Ela é um marco importante na história do México independente e da república. Todavia, embora essa constituição seja símbolo do fortalecimento do México independente e da república, ela ainda manteve, em alguns aspectos, antigos privilégios que faziam parte da sociedade colonial. Por exemplo, ainda estava marcada por intolerância religiosa e foros distintos para a Igreja e os militares. Essa constituição foi alvo de acalorados debates e disputas, tanto no congresso como na vida cotidiana e nos jornais das províncias, representando, sobretudo, a disputa entre conservadores e liberais, isto é, os dois grupos políticos principais que disputavam o poder no México da época. Os conservadores geralmente defendiam ideias monarquistas, pretendiam manter os privilégios da antiga ordem vice-reinal e a Igreja Católica como instituição apoiava essa posição política. Os liberais eram republicanos, defendiam a república, tolerância religiosa, Estado laico, liberdade individual, a propriedade privada e o livre comércio.

Inclusive, nos últimos anos de sua vida, ao escrever *Apuntes para is hijos*, o próprio Juárez comenta sobre a Constituição de 1824, dizendo que ela foi: “una transacción entre progreso y el retroceso” (Juárez, 2024, p. 23). Diz Juárez:

[...] y al fin [das disputas sobre a Constituição] quedaron vitoriosos los republicanos federalistas en cuanto la forma a la forma de gobierno, pues se desechó la central y se adoptó la de la república representativa, popular, federal; pero en el fondo de la cuestión ganaron lo centralistas, porque en la nueva Carta se incrustaron la intolerancia religiosa, los fueros de las clases privilegiadas, la institución de comandantes generales y otros contraprincipios que nulificaban la libertad y la federación que se quería establecer. (Juárez, 2024, p. 22).

Assim, com a Constituição de 1824, os Estados Unidos do México passa a ser uma república federalista. O chefe executivo máximo foi chamado de Presidente dos

Estados Unidos do México, tendo um vice-presidente para substituir o presidente em sua ausência. Todavia, embora sendo uma república federalista e presidencialista, as eleições presidenciais eram indiretas. Essa época, após Constituição de 1824, chama-se de Primeira República Federal, vai de 1824 a 1836, sendo que nessa fase política do México, assumem tanto presidentes liberais, como conservadores.

Já em 1836, a Constituição de 1824 é alterada pela promulgação das chamadas Sete Leis. As Sete Leis alteravam o alicerce e a dinâmica da Constituição de 1824, sendo que sua consequência mais importante foi criar um regime de centralização política que na maior parte do tempo fica vinculado ao general Santa Anna. Esse período, chamado de República Centralista, vai de 1836 a 1846.

Todavia, o período da República Centralista também não teve longa duração e logo inicia a Segunda República Federativa, a qual vai de 1846 até 1853. A Segunda República Federalista começa quando a Constituição de 1824 é restituída durante a invasão dos EUA no México, isto é, no decorrer da Guerra Mexico-Americana (1846-1848).

Após a Segunda República Federativa, o México vive uma fase ditatorial, de 1853 até 1855. A Ditadura foi a do general Santa Anna que restaura as Sete Leis e que vinha participando das principais cenas da vida política mexicana desde muito tempo. Santa Ana participava da vida política desde os tempos de independência: primeiro foi contra a independência do México da Coroa Espanhola; todavia, depois mudou de postura política e passou a atuar como independentista, lutando contra o domínio colonial. Santa Ana vai se destacado como figura central na política mexicana desde a Primeira República Federativa, na qual, em 1833, se torna presidente constitucional, identificado com os liberais. Todavia, ainda na fase da Primeira República, após uma licença, no período em que seu vice-presidente Valentín Gómez Farías assumiu como presidente e conduziu as primeiras reformas liberais no país, ele retorna a presidência e apoia uma rebelião junto dos conservadores que derruba Gómez Farías no ano de 1834. Santa Anna ainda retorna a presidência na República Centralista e na Segunda República Federativa. Por fim, seu processo na política culmina na fase da Ditadura Mexicana, última fase antes da Reforma Liberal (1855-1867).

Todavia, a Ditadura de Santa Anna sofreu forte oposição. Assim, já em 1854 surge — e é proclamado no mesmo ano — o Plano de Ayutla que visava depor Santa Anna e convocar uma assembleia constituinte para elaborar uma nova constituição. Em 1855,

Benito Juárez, exilado nos EUA desde 1853 por oposição ao general Santa Anna, dirigiu-se para Acapulco com o objetivo de unir-se a Juan Álvarez e Ignacio Comonfort, que articulavam uma frente militar contra Santa Anna, em defesa ao Plano de Ayutla. Santa Anna se vê obrigado a renunciar ainda em 1855 e, assim, a Revolução de Ayutla saiu vitoriosa.

A derrubada do general abre oportunidade para convocação de novo assembleia constituinte e para nova Constituição de 1857. Todavia, a Reforma Liberal já inicia no governo de Juan Álvarez, segue no governo de Ignacio Comonfort e avança ainda mais no governo de Benito Juárez. Reformas Liberais que desgostam profundamente os conservadores e vão levar a Guerra da Reforma (1857-1861): uma guerra civil que se dá pela oposição entre conservadores e liberais. A guerra civil explode e obriga Juárez, como presidente do México, a abandonar a Cidade do México e organizar uma resistência itinerante. Os conservadores que haviam tomado a capital, foram derrotados na Batalha de Calpulalpan em 1860 e, em 1861, os liberais recuperaram a capital.

Todavia, mesmo com a retomada da capital, os conservadores não desistem da oposição. Para tal, enviam uma representação à Europa, oferecem o trono do que seria novamente o Império do México a Maximiliano de Habsburgo, arquiduque da Áustria, casado com Carlota da Bélgica. Depois, de algumas negociações, conseguem convencer Maximiliano a vir para a América e ser coroado Imperador do México, sob a condição de apoiar os conservadores.

O acordo se dá, pois Maximiliano, irmão do imperador austro-húngaro Francisco José (primogênito da família), via na América uma oportunidade de ser coroado, já que não possuía o direito ao trono da Áustria-Hungria. Da parte dos conservadores, o interesse evidente era derrotar os liberais, e decidiram recorrer a Maximiliano, pois, como a Casa de Habsburgo já tinha governado o México através do Vice-Reino da Nova Espanha, podiam tentar argumentar a legitimidade de Maximiliano com base nesse precedente. Além disso, o jovem era católico e sua dinastia tinha influência internacional. Já o apoio da França se dá porque, além de Napoleão III ter pretensões imperialistas, somava-se o fato de o governo de Juárez se opor ao pagamento das dívidas externas com a França. Em 1863, Napoleão III já tinha decidido invadir o México para cobrar tais dívidas, com apoio da Espanha e da Inglaterra; porém, Juárez conseguiu negociar com a Espanha e o Reino Unido, avançando sobre o México somente as tropas francesas. Napoleão III, que visava estreitar relações com a Áustria-Hungria, acaba achando que o vínculo com Maximiliano

faria esse papel, além dos exércitos austro-húngaros e belgas favorecerem a ação militar. Assim, Maximiliano chega no México, em 1864, apoiado pelas tropas conservadoras, o exército francês, legiões voluntárias da Áustria-Hungria e da Bélgica.

Todavia, o Segundo Império Mexicano sob o comando de Maximiliano não prospera por muito tempo, durando de 1863 a 1867. Chegando ao México, Maximiliano não agiu exatamente como esperado pelos conservadores: implementou reformas que protegiam os indígenas da ganância dos antigos senhores, decidiu que não devolveria as terras da Igreja desapropriadas durante a Reforma e defendeu a tolerância religiosa. Assim, vai perdendo o apoio das forças conservadoras. A Guerra da Secessão (1861-1865) acaba nos EUA, que passam a se manifestar contra as tropas francesas na América e pressionam Napoleão III para a retirada do que era a principal força de Maximiliano. Ademais, como a França estava enfraquecida com uma guerra contra a Prússia, em 1866 começou a evacuação de suas tropas. Maximiliano decide ficar na América mesmo em condições tão adversas, o que colabora para que acabe sendo feito refém e preso pelos liberais.

Assim, acaba o Segundo Império Mexicano e inicia-se uma fase conhecida como República Restaurada (1867-1876), se concretizando a república liberal no México. Nessa fase atuam como presidentes, Benito Juárez, Lerdo tejada e José María Iglesias.

Avanços do liberalismo e suas consequências

Os liberais avançam em algumas questões no que toca ao México após independência, influenciando, em parte, o texto da Constituição de 1824: quanto a forma de governo, isto é, tornando o México uma república federalista. Todavia, os conservadores ainda marcam sua presença, sendo que conseguem manter os foros privilegiados para eclesiásticos e para militares. Assim, a elaboração da Constituição de 1824 foi envolvida em grandes disputas, efetivando-se como um terreno marcado tanto por princípios liberais de um lado, como por ideias conservadoras de outro. Como vimos na seção anterior, o próprio Juárez, em *Apuntes para mis hijos*, comenta sobre a Constituição de 1824, dizendo que ela foi: “una transacción entre progreso y el retroceso” (Juárez, 2024, p. 23).

Todavia, as primeiras reformas liberais advindas de um presidente liberal, foram as de Valentín Gómez Farías. Gómez Farías lutou pela independência do México, esteve participando do processo de elaboração da Constituição de 1824, foi congressista, senador e depois vice-presidente do general Santa Anna — que nesta época apoiava os liberais. Tendo-se afastado Santa Anna em 1833, Farías assume a presidência e conduz medidas liberais, com vistas à redução dos privilégios da Igreja e do Exército. As medidas liberais afrontam os conservadores e, com o regresso de Santa Anna à presidência, o Congresso — com o apoio do próprio Santa Anna — cancelou o mandato de Gómez Farías como vice-presidente, em 1835. Gómez Farías se exila nos EUA.

Em 1838, Gómez Farías retorna do exílio. Se torna novamente vice-presidente, sendo o presidente Santa Anna. Novamente Santa Anna precisa se ausentar, dessa vez, em função da Guerra Mexico-Americana, assim, Farías assume a presidência novamente em 1847. A guerra corria e o governo necessitava de fundos para guerra. Nessa ocasião, um deputado de Oaxaca propõe hipotecar parte dos bens da Igreja para arrecadar fundos. A proposta foi aceita por Gómez Farías, o que gera indignação da Igreja e dos conservadores como um todo. Diante disso, se organizou uma rebelião contra Farías, chamada de Rebelião dos Polkos⁴. Com ajuda de Santa Anna, destitui-se Farías novamente.

Sobretudo, nesta época da Rebelião dos Polkos, os conservadores vão enxergar Farías como líder do Partido Liberal. E ele, de fato, se não era o principal líder do partido liberal, era um de seus principais líderes na época, tanto por suas medidas quanto por seus discursos. Sobre a temática, Padro e Pellegrino, comentam:

O professor de Teologia José Maria Luis Mora tornou-se um dos principais mentores teóricos da chamada corrente liberal, ao mesmo tempo que Valentín Gómez Farías, [...] introduzia as primeiras reformas que alvejavam um pilar da velha ordem vice-reinal - a Igreja Católica. A obrigatoriedade do pagamento do dízimo e o extraordinário patrimônio imobiliário rural e urbano que a Igreja detinha em caráter de bens amortizados (ou seja, não comercializáveis) foram alguns dos alvos dos ataques retóricos e políticos perpetrados por Mora e Gómez Farías. (Prado; Pellegrino, 2014, p. 58).

⁴ Parte da guarda nacional formada pelos membros das classes altas, o braço armado da Igreja. Eram chamados de *polkos*, pois, na época era popular, entre as classes mais altas, a polca. Esse nome, *polkos*, era dado em oposição a parte da guarda nacional formada pelas classes mais baixas da população. Como a Rebelião dos Polkos não aceitava a venda de bens da Igreja para financiar o exército mexicano e o exército mexicano se debilitava, estendeu-se o apelido de *polkos* ao exército estadunidense, em referência ao presidente dos EUA da época, James Polk.

Mais tarde, os avanços do liberalismo no México vão se dar na Reforma Liberal propriamente dita, nos anos 1850 e 1860. Com o sucesso da Revolução de Ayutla em 1855, o presidente Juan Álvarez governa o México e seu Ministro da Justiça é Benito Juárez, neste momento iniciam as reformas liberais da década de 50. A Lei Juárez (1855), de autoria de Benito Juárez, inicia acabando com privilégios jurídicos eclesiásticos:

[...] además de establecer una Suprema Corte de Justicia, así como tribunales civiles y penales, suprimió parcialmente los fueros de las corporaciones, por lo que quedaron abolidos todos los tribunales especiales, con excepción de las cortes eclesiásticas y militares. Los tribunales eclesiásticos, entonces, sólo tendrían jurisdicción sobre los delitos cometidos por miembros del clero, pero éstos podían renunciar al fuero y ser juzgados en un tribunal civil; lo más importante era que la ley ponía a los laicos fuera de la jurisdicción de los tribunales de la Iglesia. (Gómez-Aguado, 2024, p. 108-109).

Logo em seguida, em 1856, no governo do presidente Ignacio Comonfort, o Ministro de Desenvolvimento chamado de Miguel Lerdo de Tejada, foi autor da Lei do Lerdo (1856), que decreta o fim da amortização os bens não vendáveis das corporações (conhecidos como “bens de mão morta”: tanto referentes à terras e a imóveis). Mas, o que isso significa no cotidiano político e social da época? Prado e Pellegrino, em *História da América Latina*, comentam a respeito, no que tocou a Igreja:

No caso da Igreja, estabelecia-se um prazo para que os imóveis rurais e urbanos pertencentes à corporação fossem comprados por seus inquilinos; passado o prazo legal, esses bens imobiliários poderiam ser adquiridos por outros interessados. (Prado; Pellegrino, 2014, p.61).

Já no que toca os *pueblos*, a nova lei “previa a divisão das terras comuns entre os habitantes da comunidade e a conversão dos novos lotes em propriedades privadas”. (Prado; Pellegrino, 2014, p.61).

A Lei do Lerdo abala as estruturas e patrimônio da Igreja que vinham desde o período colonial. Assim, essa lei acaba por aumentar os conflitos entre o clero e o governo, entre conservadores e liberais. Por sua vez, o governo liberal de Benito Juárez, em 1859, responde a Igreja com medidas ainda mais implacáveis: decreta a nacionalização dos bens eclesiásticos (Lei da Nacionalização, em 1859). Além disso, também, decretou leis de registro civil, matrimônio civil, lei de liberdade de culto religioso, decreto para secularização dos cemitérios, decreto reduzindo o número de festividades religiosas. Fatos esses que agravaram a Guerra Civil Mexicana (1857-1861).

Consequências da Reforma Liberal para os pueblos

Os *pueblos* eram as comunidades indígenas que viviam em terras comunitárias. Portanto, viviam uma posse corporativa de terras. Sob a organização típica dos *pueblos*, dizem as autoras Prado e Pellegrino:

Em qualquer *pueblo* típico, os terrenos se dividiam em cinco partes: o fundo legal, espaço que compreendia o centro e a área habitada do povoado; o "ejido", com suas terras de pastoreio, recreação e diversos usos públicos; as áreas para repartir, que constavam de parcelas individuais, possuídas em usufruto por membros do *pueblo*; os chamados próprios, terras trabalhadas em forma comunal para contribuir com os gastos da comunidade, e que muitas vezes eram arrendadas; e, finalmente, os montes e águas. (Prado; Pellegrino, 2014, p. 63).

O sistema de vida dos povos indígenas organizado em forma de *pueblos*, se construiu durante o sistema colonial. Por um lado, esse sistema de organização mantinha aspectos tradicionais do modo de vida dos povos originários, por outro lado, a Igreja interferia em suas vidas religiosas e nas obrigações de impostos eclesiásticos que os *pueblos* deviam à mesma, isto é, o dízimo. O dízimo era obrigatório e na maioria das vezes abusivo. Ademais, entre os indígenas do século XIX no México, o analfabetismo era dominante; viviam geralmente em miséria, opressão e silenciamento. Quando recorriam aos tribunais, levando suas reclamações sobre algum abuso por parte do clero, costumavam ser ignorados, silenciados ou sofrerem retaliações, já que os foros privilegiados da Igreja, acabavam por proteger os sacerdotes não honrados que abusavam de seu poder frente aos *pueblos*.

Sobre a situação dos *pueblos* e da Igreja, Juárez aponta:

El fuero [eclesiástico], que lo sustraía de la jurisdicción de los tribunales comunes, le servía de escudo contra la ley y de salvoconducto para entregarse impunemente a todos los excesos y a todas las injusticias. [...] el pago de las obviaciones se regulaba según la voluntad codiciosa de los curas. Había, sin embargo, algunos eclesiásticos probos y honrados que se limitaban a cobrar lo justo y sin sacrificar a los fieles; [...] cuyo ejemplo, lejos de retraer de sus abusos a los malos, era motivo para que los censurasen diciéndoles que *mal enseñaban a los pueblos y echaban a perder los curatos*. Entretanto, los ciudadanos gemían en la opresión y en la miseria, porque el fruto de su trabajo, su tiempo, su servicio personal..., todo estaba consagrado a satisfacer la insaciable codicia de sus llamados *pastores*. Si ocurrían a pedir justicia, muy raras veces se les oía, y comúnmente recibían por única contestación el desprecio o la prisión. (Juárez, 2024, p.29-30).

Nesse contexto, e no da Reforma Liberal, a Lei Juárez de 1855 favorece os *pueblos*, pois foi atacando os privilégios eclesiásticos que mantinham vícios político-sociais na sociedade mexicana e que promoviam desigualdades e miséria.

Todavia, em relação a situação indígena, são ambíguas as consequências da Lei do Lerdo de 1956, que desamortiza os “bens de mão morta” e visa transformar os bens corporativos em privados e comercializáveis — como vimos, tanto no que diz respeito aos bens da Igreja, quanto aos *pueblos* e sua particular forma de organização e propriedade.

Em relação à Igreja, o objetivo dos liberais era limitar sua riqueza a um nível que lhes bastasse para exercer suas funções puramente eclesásticas e religiosas no âmbito da vida privada daqueles que optavam pela religião católica, fazendo com que a Igreja ficasse longe da esfera da política pública. Essa limitação do poder e riqueza da Igreja, forçada pela Lei do Lerdo, por um lado poderia beneficiar os *pueblos*, já que limitava os poderes de uma instituição que vinha sendo abusiva na maior parte do tempo em relação à cobrança do dízimo nas comunidades indígenas.

Contudo, a Lei do Lerdo, visava também, desfazer a organização dos *pueblos*, transformando as terras comuns indígenas em lotes de propriedade privada. A ideia liberal era “integrar os indígenas ao mercado, como pequenos proprietários produtores e consumidores de mercadorias, e a nação, como cidadãos individualizados” (Prado; Pellegrino, 2014, p. 61). Os liberais julgavam necessário: “acabar com o vício comunal”.

Embora, a Lei do Lerdo, não tenha tido por objetivo criar novas mazelas sociais para os povos indígenas, manter ou ampliar desigualdades sociais — e, sim, o contrário —, ela foi uma lei verticalizada e elitista, que não consultou os *pueblos* sobre o que pensavam sobre seu destino e melhor forma de organização social, produzindo na prática consequências desastrosas para as populações indígenas, hábitos de vida tradicionais e mais vulnerabilização dessas populações. Ou seja:

Embora a Reforma Liberal não tenha levado a um desaparecimento imediato dos *pueblos*, a ausência da proteção legal às terras comunitárias e a pressão pelo parcelamento dos lotes fragilizaram as populações camponesas. Ou seja, muitas comunidades perderam terras para cultivo e criação de rebanhos, seja pelo avanço de forasteiros ou de fazendas vizinhas sobre suas parcelas, seja por moradores que aceitaram vender a parte que lhes coube. (Prado; Pellegrino, 2014, p. 63).

Foram tão complexas as implicações da Lei do Lerdo na prática que Benito Juárez, ao ser governador de Oaxaca, entre 1856 e 1857, chega a congelar essa lei no Estado.

Todavia, as consequências da Lei do Lerdo, vão ser sentidas e a ela vão se organizar diferentes respostas por parte dos *pueblos*, conforme o que dispunham. Diz Prado e Pellegrino: “Em muitas regiões, os *pueblos* foram capazes de incorporar,

gradualmente, as novas ferramentas jurídicas introduzidas pela Reforma, pagando advogados e movendo processos para defender suas terras” (Prado; Pellegrino, 2014, p. 64). Também, durante o Segundo Império Mexicano, quando Maximiliano de Habsburgo estava no poder, ele manteve a desamotização dos bens da Igreja, mas reestabelece o direito dos povos originários a se organizar como atores jurídicos coletivos nos *pueblos*. Ainda, mais tarde, no Porfiriato, Porfirio Díaz aproximou-se dos *pueblos*, na década de 1870, oferecendo alguma proteção, em troca de lealdade política. Contudo, ainda no governo de Porfirio Díaz, com o avanço da modernização no México, diminuiu-se ainda mais o pouco nível de proteção que havia em relação aos *pueblos*.

Fato é que: se em meados do século XIX a maior parte das terras do país era propriedade comunal indígena, próximo a Revolução Mexicana, no início do século XX, somente 5% das terras agrícolas estavam nas mãos da população indígena.

Muralismo mexicano, Diego Rivera e a Reforma Liberal em *Epopéya del pueblo mexicano*

O Muralismo Mexicano é um movimento artístico do início do século XX que ocorre após a Revolução Mexicana (1910-1920). No movimento, se destacam aqueles que ficaram conhecidos como os “três grandes”: Diego Rivera, Clemente Orozco e Alfaro Siqueiros. O Muralismo teve financiamento e apoio político no governo de Obregón, quando José Vasconcelos, então Secretário de Educação Pública no México, patrocinou o Dr. Atl (Gerardo Murillo), pintor e professor, considerado o pai do muralismo mexicano. Mais tarde, continua financiando os chamados “três grandes”.

O Muralismo Mexicano representou a principal corrente de arte moderna no México. Dialogava e tinha influência das vanguardas europeias (cubismo, expressionismo, entre outras.), mas responde ao contexto mexicano, político, social e histórico do México. A arte muralista olha criticamente para a história do México, critica a colonização e mazelas sociais criadas pelas elites nos diferentes períodos da história da nação, valoriza as etnias indígenas, a cultura local, entre outros aspectos.

Sobre o Muralismo, afirma Esther Cimet Shojjet em *Movimiento muralista mexicano*:

O fato de haver tido também fontes europeias não cancela o valor, a especificidade do movimento muralista. Não é a Europa que explica o movimento. [...] Não são as fontes que explicam um fenômeno artístico, mas

o como e o porquê, em que direções se transformam as matérias-primas obtidas dessas fontes. O movimento muralista mexicano bebeu em diversas fontes da história da arte: nos afrescos do Renascimento italiano, nas vanguardas européias e na arte pré-hispânica, colonial e popular do México; mas todas elas juntas não o explicam. O importante é como e em que direção as sintetizou e transformou em outra coisa, e em que consiste esta diferença, em que e como construiu e determinou essa especificidade. (Shoijet, 1992, p. 132).

Assim, como comenta Shoijet (1992), embora o muralismo tenha influência das vanguardas europeias e também se alimenta de outros momentos da história da arte, ele é uma arte original que expressa a cultura e as tensões político-sociais da história do México. Destaca-se Diego Rivera, um dos “três grandes”, que em sua obra sintetiza aspectos fundamentais do muralismo mexicano e auxilia a enxergar a história mexicana a partir de um ponto de vista crítico. A seguir, vamos conhecer mais sobre sua vida e contribuição artística.

Diego Rivera

Diego Rivera nasceu em Guanajuato, México, em 1886. Aos 10 anos de idade foi para a Cidade do México estudar numa escola chamada de Academia de San Carlos, onde coincidentemente lecionava Dr. Atl. Aos 21 anos conseguiu uma bolsa de estudos e foi para Europa, onde teve contato com alguns grandes expoentes das vanguardas europeias (Pablo Picasso, Miró, Gaudí, Salvador Dalí, entre outros) e se aproximou dos ideais comunistas. Ficou durante toda a Revolução Mexicana fora do país. Chegou a morar uma curta temporada nos EUA, retornando ao México em 1934.

Rivera, ao retornar ao México, pintou diversos murais, principalmente em órgãos públicos, financiados pelo governo do presidente Obregón e de seu secretário de educação, José Vasconcelos. A arte muralista foi, nessa ocasião, financiada pelo Estado, com função educativa, voltada para valorização dos ideais da Revolução Mexicana e para a busca da identidade do povo mexicano. Nesse contexto, Rivera desenvolveu sua arte mural particular, com influência modernista — como todos os outros muralistas mexicanos da época —, muitas vezes ilustrando a história do México sob uma perspectiva crítica. Em muitas obras, mostrou as diferentes culturas que formaram o país, sem negar os sistemas de opressão que ocorreram ao longo da história. Sua produção também foi marcada por um viés socialista e buscou valorizar a população indígena e mestiça no contexto da história mexicana. A seguir trataremos, em específico, da obra de Rivera

intitulada *Epopéya del pueblo mexicano*, uma obra fundamental para compreender a história do México de um ponto de vista crítico e que trás elementos fundamentais da Reforma Liberal.

Epopéya del pueblo mexicano

A obra *Epopéya del pueblo mexicano* é de autoria de Diego Rivera e foi executada entre 1929 e 1935 no Palácio Nacional. A obra traça um panorama histórico da formação cultural do povo mexicano, através de eventos políticos significativos na história do país, começando com a Colonização pelo Império Espanhol até a Revolução de 1910.

A obra se divide em três seções, na parte sul, temos *O México de hoje e de amanhã*; na parte central, temos *Da conquista espanhola a Revolução Mexicana*; e, na parte norte, temos o *Esplendor da Cultura Asteca*.



Imagem 1: Acima se vê a parte central da obra *Epopéya del pueblo mexicano* de Diego Rivera.

A parte que nos interessa especialmente para esta análise é a parte central citada e, ainda mais especificamente, a área à esquerda desse mural central, ou seja, a parte da abóbada esquerda do mural central. Ali está representada a Reforma Liberal em relação à sociedade mexicana.



Imagem 2: Acima se vê o detalhe da abóbada esquerda da pintura central Da conquista espanhola à Revolução Mexicana, da obra maior *Epopeya del pueblo mexicano* de Diego Rivera.

Na obra *Epopeya del pueblo mexicano*, na localização apontada (segunda imagem), se vê Benito Juárez segurando um papel no qual está escrito “Leys de la Reforma”, representando Juárez como a figura central da Reforma Liberal. Nota-se que ele está na pintura, cercado de vários homens, isto é, dos outros principais líderes liberais.

Ademais, é de suma importância, como Rivera aponta (graficamente) muito bem, que o foco das leis da Reforma Liberal era atacar o poder da Igreja Católica, já que na imagem Juárez aponta para o Papa e para outros representantes da ordem religiosa. Ao lado das forças eclesiásticas, Rivera representa de maneira contundente os abusos do clero em relação à cobrança do dízimo dos camponeses indígenas, retratando camponeses descendentes dos povos tradicionais carregando pesados fardos e com expressões de sofrimento.

Além disso, logo abaixo desse detalhe supracitado (terceira imagem), há no mural uma cena composta por figuras indígenas e representações de membros do clero. A cena apresenta relações diversas, até contraditórias, e dispõe os personagens em formato circular — o que parece remeter a um *pueblo*. Ali, há personagens de descendentes indígenas sendo batizados, com uma expressão cabisbaixa. Outros oferecem alimentos aos eclesiásticos num tom de submissão. A imagem também representa jovens indígenas se refugiando de homens armados atrás de um sacerdote. Assim, observamos elementos contraditórios: por um lado a opressão da Igreja quanto à catequização, imposição cultural

e os dízimos; por outro lado vemos que alguns membros do clero protegiam os indígenas de uma exploração ainda maior naquele contexto, por exemplo, por colonos fazendeiros, exploradores de minas, entre outros. Outro aspecto interessante da imagem é que ela sugere que, na organização da população indígena durante a época que antecede a Reforma Liberal, havia a liderança eclesiástica como fator dominante, mas também se fazia presente a liderança indígena. Isso indica que, embora subjugadas, as lideranças indígenas não estavam totalmente apagadas.



Imagem 3: A imagem acima é a continuidade do detalhe da segunda imagem.

Assim, a análise da obra *Epopeya del pueblo mexicano* — mais especificamente o trecho que retrata a Reforma Liberal — revela como Diego Rivera mobiliza a arte como instrumento de crítica histórica e social. Ao representar Benito Juárez como figura central da Reforma Liberal e evidenciar os abusos da Igreja sobre os camponeses indígenas, Rivera não apenas narra um episódio político, mas denuncia as estruturas de poder que marcaram a história do México colonial. Todavia, pela composição das cenas, com seus contrastes simbólicos e disposições visuais, Rivera não deixa de demonstrar como as relações entre o clero — na sua base mais popular — e os indígenas, assumia faces diversas e contraditórias. Assim, a obra transcende sua função estética, tornando-se um poderoso meio de reconstrução da memória e de reflexão sobre as contradições do projeto moderno no México.

Considerações finais

A análise do avanço do liberalismo no México e suas consequências para os *pueblos*, articulada à obra *Epopéya del pueblo mexicano* de Diego Rivera, evidencia as complexidades históricas das reformas liberais no século XIX. Embora essa reforma buscava modernizar o país — é claro, na perspectiva liberal de modernidade e progresso — e destruir estruturas coloniais, sobretudo, relacionadas aos privilégios da Igreja e abusos cometidos por essa instituição, a Reforma Liberal, por outro lado, acabou por gerar consequências graves para os povos originários, como a perda das terras comunais e o enfraquecimento das formas tradicionais de organização. Isso porque a reforma pressionava os *povos* — forma coletiva de posse da terra e organização social — a se tornar pequenas unidades de propriedade individual privada, tornando-os suscetíveis às invasões das *haciendas* e dos fazendeiros, dificultando a produção agrícola em lotes individualizados e menores. Rivera, por meio de sua arte, não apenas ilustra esse momento histórico, mas oferece uma crítica às desigualdades sociais do México da época. Além disso, colabora para compreensão a respeito da complexidade de relações que envolviam a sociedade mexicana da época, especialmente entre o clero e as populações indígenas, bem como das motivações da Reforma Liberal. Assim, a obra colabora na compreensão do contexto da Reforma Liberal no México que nos ajuda a entender as marcas profundas deixadas pela modernidade colonial no país.

Referências

GÓMEZ-AGUADO, Guadalupe. Benito Juárez, o Estado laico y la creación del México moderno. *Decires*. Ciudad de México: v. 8, n. 8, p. 105-115, 2021.

JUÁREZ, Benito. *Apuntes para mis hijos*. Cidade do México: Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas, 2024.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

RIVERA, Diego. *Epopéya del pueblo mexicano*. 1929-1935. Afresco, Palácio Nacional, México.

SHOIJET, Esther Cimet. Movimiento muralista mexicano. *Ideología y producción*. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Xochimilco, 1992.

TLOSTANOVA, M. V.; MIGNOLO, W. D. Sobre hermenêutica pluritópica, pensamento trans-moderno e filosofia decolonial. Tradução de Vitor Gomes Lopes. *Inter-Legere*, [S. l.], v. 6, n. 38, p. c34067, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/34067>. Acesso em: 16 mai. 2025.

Recebido em: 08/08/2024

Aprovado em: 01/07/2025